

ASSINATURA ILIMITADA



Esta é sua chance de entrar para o serviço público neste ano. Estude com a plataforma mais completa do mercado, eleita pelos concurseiros!

QUERO GARANTIR MINHA
ASSINATURA ILIMITADA X!



GRAN
CONCURSOS

Abre inscrições para o Concurso Público, para provimento dos cargos de Pesquisador em Ciências Aplicadas e Políticas Públicas, Gestor em Atividades de Pesquisa e Ensino e Técnico em Atividades de Pesquisa e Ensino na Fundação João Pinheiro. A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, a Fundação João Pinheiro – FJP e a Legalle Concursos LTDA, no uso de suas atribuições legais, TORNAM PÚBLICA a abertura das inscrições do Concurso Público para provimento dos cargos de Pesquisador em Ciências Aplicadas e Políticas Públicas, Gestor em Atividades de Pesquisa e Ensino e Técnico em Atividades de Pesquisa e Ensino, do quadro de pessoal da Fundação João Pinheiro, de acordo com o disposto na Constituição do Estado de Minas Gerais, na Lei Estadual nº 869, de 5 de julho de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado), e suas alterações, na Lei Estadual nº 23.178, de 21 de dezembro de 2018 (Institui as carreiras do Grupo de Atividades de Pesquisa e Ensino em Políticas Públicas do Poder Executivo), na Lei Estadual nº 20.591, de 28 de dezembro de 2012 (Institui a Gratificação de Incentivo à Pesquisa e à Docência e a Gratificação de Função de Pesquisa e Ensino), no Decreto Estadual nº 42.899/2002 (Regulamento Geral de Concurso Público) e Decreto Estadual nº 46.180, de 13 de março de 2013 (Regulamenta a concessão da Gratificação de Incentivo à Pesquisa e à Docência); que se regerá pelas normas estabelecidas neste Edital e na legislação vigente.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Concurso Público - SEPLAG/Fundação João Pinheiro		
Site: www.legalleconcursos.com.br		E-mail: contato@legalleconcursos.com.br
Período de Inscrições e Envio dos Títulos:		Prova Objetiva, Discursiva e de Redação (data provável):
do dia 27 de março de 2026 às 18 horas do dia 25 de abril de 2026 (horário Oficial de Brasília/DF)		de maio de 2026

1.1 O Concurso Público está sob responsabilidade técnico-administrativa da:

Legalle Concursos Ltda.
Rua Hércules Gallo, nº 1.526, Caxias do Sul/RS, CEP: 95.020-330

E-mail: contato@legalleconcursos.com.br

Telefone: 0800 818 0001

WhatsApp: +55 800 818 0001

1.2 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação irrestrita das instruções e das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

1.3 A Legalle Concursos poderá informar por e-mail o local de prova e outras informações e não se responsabilizará, no entanto, por qualquer falha na entrega de mensagens eletrônicas, causada por endereço eletrônico incorreto ou qualquer outro problema de ordem técnica. A comunicação por meio eletrônico é meramente informativa, devendo o candidato sempre consultar o site do Concurso Público na Internet www.legalleconcursos.com.br, na Área Restrita do Candidato, para verificar as informações oficiais do certame e emitir o Cartão de Confirmação de Inscrição com Local de Prova.

1.4 Quando da inscrição, o candidato fará o cadastro de uma senha para acesso à Área Restrita do Candidato. A referida senha é pessoal e intransferível e permitirá ao candidato o acesso a informações sobre o seu desempenho, respostas aos recursos interpostos, bem como a alteração de dados cadastrais e alterações de endereço, telefones de contato ou e-mail.

Após o encerramento do Concurso Público as alterações de dados pessoais e contato devem ser comunicadas por escrito à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG pelo e-mail: ders@planejamento.mg.gov.br.

Demais informações das etapas serão disponibilizadas nas suas convocações e seus resultados.

2 Etapas do Concurso

2.1 A seleção de que trata o presente Edital compreenderá as seguintes etapas:

Quadro 01 – Etapas do Concurso (por cargo e avaliações)

Cargo	Etapa	Avaliação		Pontuação
		Número	Prova	
Pesquisador em Ciências Aplicadas e Políticas Públicas – Níveis III e IV Grau A*	1ª Etapa	Prova Objetiva	Eliminatório e classificatório	50
	1ª Etapa	Prova Discursiva	Eliminatório e classificatório	40
	2ª Etapa	Prova de Títulos	Classificatório	10
TOTAL DE PONTOS				100
Gestor em Atividades de Pesquisa e Ensino – Nível II Grau A*	1ª Etapa	Prova Objetiva	Eliminatório e classificatório	50
	1ª Etapa	Prova de Redação	Eliminatório e classificatório	40
	2ª Etapa	Prova de Títulos	Classificatório	10
TOTAL DE PONTOS				100
Técnico em Atividades de Pesquisa e ensino – Nivel I Grau A	1ª Etapa	Prova Objetiva	Eliminatório e classificatório	50
	1ª Etapa	Prova de Redação	Eliminatório e classificatório	50
TOTAL DE PONTOS				100

*Aplica-se a todas as áreas de concentração dos cargos de Pesquisador em Ciências Aplicadas e Políticas Públicas e de Gestor em Atividades de Pesquisa e Ensino.

2.2 As provas serão realizadas no Município de Belo Horizonte/MG.

3 Entrega de Documentos

3.1 Os documentos, títulos e requerimentos exigidos, salvo expressa determinação das normas do Edital, poderão ser entregues, no prazo previsto do Edital:

Pela internet (www.legalleconcursos.com.br) por meio de upload (carregamento) na Área Restrita do Candidato

Envio pela Internet (Upload)

3.2 Para o envio de documentos pela Internet (upload), o candidato deverá:

Digitalizar (escanear) os documentos que deseja transmitir, de forma legível, exclusivamente no formato .PDF.

Acessar o site www.legalleconcursos.com.br do Concurso Público.

Na Área Restrita do Candidato, procurar o botão/líncorrespondente ao envio desejado.

Antes de finalizar o candidato deve conferir os arquivos desejados para envio estão corretos, pois não poderá alterá-los após o envio.

Após a seleção dos arquivos, clicar em “salvar/enviar/finalizar” (conforme procedimento escolhido).

3.3 Não são admitidas, após o envio, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos.

3.4 Caso o nome declarado no Formulário de Inscrição for divergente do apresentado nas documentações entregues, será necessário um documento que comprove essa alteração.

3.5 A Legalle Concursos e a SEPLAG não se responsabilizarão por solicitações não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência dos dados, a impressão dos documentos solicitados e/ou pagamento da respectiva taxa de inscrição.

4 Cargos, Vagas, Carga Horária, Vencimento Básico e Formação Exigida

4.1 Os cargos públicos do presente Concurso Público e os requisitos de escolaridade são descritos nas tabelas a seguir:

Tabela 1 – Cargos, vagas carga horária, vencimento básico e formação exigida

Cargo	Área de Concentração	Vaga(s)		Carga Horária	Vencimento Básico Inicial*	GIPED Inicial	Formação exigida
		AC	PCD				
Pesquisador em Ciências Aplicadas e Políticas Públicas - Nível IV / Grau A	Administração, Gestão Pública e Transversalidade	03	-	40h semanais	R\$ 4.473,07	R\$ 5.209,55	Doutorado (Stricto sensu) nas áreas de Administração; Administração Pública e áreas correlatas; Educação; Ciência Política; Psicologia social; Psicologia do ensino e da aprendizagem; Psicologia do Trabalho e Organizacional e áreas correlatas ou Sociologia
Pesquisador em Ciências Aplicadas e Políticas Públicas - Nível IV / Grau A	Ciclo de Políticas Públicas (Estado de MG)	02	-	40h semanais	R\$ 4.473,07	R\$ 5.209,55	Doutorado (Stricto sensu) nas áreas de Administração; Administração Pública e áreas correlatas; Ciência Política; Economia ou Sociologia
Pesquisador em Ciências Aplicadas e Políticas Públicas - Nível IV / Grau A	Métodos Quantitativos Aplicados à Gestão Pública	03	1	40h semanais	R\$ 4.473,07	R\$ 5.209,55	Doutorado (Stricto sensu) nas áreas de Demografia; Estatística; Ciências de Dados; Matemática Computacional; Modelagem Matemática e Computacional ou Economia

Cargo	Área de Concentração	Vaga(s)		Carga Horária	Vencimento Básico Inicial*	GIPED Inicial	Formação exigida
		AC	PCD				
Pesquisador em Ciências Aplicadas e Políticas Públicas - Nível III / Grau A	Administração, Gestão Pública e Transversalidade	04	01	40h semanais	R\$ 3.666,45	R\$ 2.993,12	Mestrado (Stricto sensu) nas áreas de Administração; Administração Pública e áreas correlatas; Educação; Ciência Política; Psicologia Organizacional; ou Sociologia
Gestor em Atividades de Pesquisa e Ensino Nível II / Grau A	TI (Redes)	-	01	40h semanais	R\$ 3.005,29	Não se aplica	Graduação: Curso Superior completo em Ciência da Computação ou Sistema de Informação ou Tecnólogo em Administração de Rede. Especialização Lato Sensu: Administração de Redes ou Gestão e Administração de Redes e cursos correlatos
Gestor em Atividades de Pesquisa e Ensino Nível II / Grau A	TI	01	-	40h semanais	R\$ 3.005,29	Não se aplica	Graduação: Curso Superior completo em Ciência da Computação ou Sistema de Informação ou Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação. Especialização Lato Sensu: Qualquer especialização na área de TI
Gestor em Atividades de Pesquisa e Ensino Nível II / Grau A	Educação	01	-	40h semanais	R\$ 3.005,29	Não se aplica	Graduação: Curso Superior completo em Pedagogia. Especializações Lato Sensu aceitas: Administração Educacional, Planejamento e Avaliação Educacional ou Ensino-Aprendizagem
Gestor em Atividades de Pesquisa e Ensino Nível II / Grau A	Contabilidade	01	-	40h semanais	R\$ 3.005,29	Não se aplica	Graduação: Curso superior completo em Ciências Contábeis, em nível de bacharelado. Especialização Lato Sensu: Qualquer pós-graduação

Cargo	Área de Concentração	Vaga(s)		Carga Horária	Vencimento Básico Inicial*	GIPED Inicial	Formação exigida
		AC	PCD				
Gestor em Atividades de Pesquisa e Ensino Nível II / Grau A	Gestão de Pessoas	01	-	40h semanais	R\$ 3.005,29	Não se aplica	Graduação: Curso Superior Completo em Administração de Empresas ou Administração Pública ou Ciências do Estado ou Psicologia em nível de Bacharelado ou Curso Superior em Gestão Pública ou Gestão de Políticas Públicas, em nível de Bacharelado ou Tecnólogo. Especialização Lato Sensu: Gestão de Pessoas e Psicologia Organizacional e áreas correlatas
Gestor em Atividades de Pesquisa e Ensino Nível II / Grau A	Administração	01	-	40h semanais	R\$ 3.005,29	Não se aplica	Graduação: Curso Superior completo em Administração de Empresas ou Administração Pública ou Ciências do Estado em nível de Bacharelado, ou Curso Superior em Gestão Pública ou Gestão de Políticas Públicas, em nível de Bacharelado ou Tecnólogo. Especialização Lato Sensu: Gestão Pública ou Administração Pública ou Licitações e Contratos ou Logística e áreas correlatas

Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/Autenticidade>, sob o número 3202601278830271139.



Cargo	Área de Concentração	Vaga(s)		Carga Horária	Vencimento Básico Inicial*	GIPED Inicial	Formação exigida
		AC	PCD				
Gestor em Atividades de Pesquisa e Ensino Nível II / Grau A	Direito	01	-	40h semanais	R\$ 3.005,29	Não se aplica	Graduação: Curso Superior completo em Direito. Especialização Lato Sensu: Direito Público ou Direito Administrativo ou Licitações e Contratos
Cargo	Área de Concentração	Vaga(s)		Carga Horária	Vencimento Básico Inicial*	GIPED Inicial	Formação exigida
Técnico em Atividades de Pesquisa e Ensino Nível I / Grau A	Não se aplica	04	01	40h semanais	R\$ 1.621,00 ***	Não se aplica	Ensino Médio completo

(AC): Ampla Concorrência. (PcD): Pessoa com Deficiência. (-): Não há vagas de provimento imediato.

Fonte: Tabela de Remuneração dos Cargos (https://www.mg.gov.br/system/files/media/documento_detallado/2024-08/GRUPO%20XV%20-%20PESQUISA%20E%20ENSINO.pdf).

Lei nº 24.838, de 2024 (<https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/24838/2024>).

GIPED: Lei nº 20.591, de 28/12/2012 (<https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/20591/2012/?cons=1>) e Decreto nº 46.180, de 13/03/2013 (<https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/46180/2013/?cons=1>). No primeiro ano recebe 70% (setenta por cento) desse valor.

*Concessão da ajuda de custo para despesas com alimentação: art. 189 da Lei nº 22.257, de 27/07/2016 (<https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/22257/2016/?cons=1>), Decreto nº 48.113, de 30/12/2020 (<https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/48113/2020/?cons=1>) e Resolução Conjunta COFIN/SEPLAG nº 01, de 24 de fevereiro de 2011 (<https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/19973/2011/?cons=1>): fica assegurado vencimento básico não inferior ao salário-mínimo fixado em lei ao servidor público civil da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo que cumprir jornada de trabalho de quarenta horas semanais e ao militar, garantida a proporcionalidade em caso de jornada inferior.

§ 1º - Para os fins disposto no caput, os valores da VTI de que trata a Lei nº 15.787, de 2005, poderão ser incorporados, total ou parcialmente, ao vencimento básico do servidor.

§ 2º - O disposto no caput aplica-se ao proveniente básico correspondente à tabela de vencimento de quarenta horas semanais, observada a proporcionalidade em caso de valor previsto em tabela correspondente a jornada de trabalho inferior.

***Cargos com vencimento básico inferiores ao Salário-Mínimo Nacional fazem jus ao complemento de valor previsto no inciso VII do Artigo 7º da Constituição Federal.

5 Requisitos para a Posse

5.1 São requisitos básicos para posse:

Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso desta última, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do § 1º, do art. 12, da constituição federal.

A quitação com as obrigações eleitorais e do serviço militar (para os candidatos do sexo masculino).

Ter idade mínima de 18 anos e idade máxima de 75 anos (Lei Complementar nº 152/2015).

Gozar de boa saúde, condição que será comprovada, quando do processo de admissão.

Não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, nos últimos 5 anos, fato a ser comprovado, no ato de admissão, por meio da assinatura de regular termo de declaração.

Comprovar a escolaridade mínima exigida para o cargo, nas condições especificadas neste Edital, com documentação expedida por instituição de ensino devidamente credenciada.

Não ter acúmulo irregular de cargos, considerando o art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, que tratam acerca da acumulação de cargos e funções públicas.

6. Inscrições

6.1 A inscrição no Concurso Público deverá ser efetuada unicamente pela Internet, no período determinado no Cronograma do Anexo I, horário Oficial de Brasília/DF.

6.2 As opções por cargo não poderão ser alteradas após o pagamento do valor da inscrição.

Valores

6.3 O valor da taxa de inscrição é de:

R\$ 22,00 para o cargo de nível de doutorado: Pesquisador em Ciências Aplicadas e Políticas Públicas.

R\$ 21,00 para os cargos de nível de mestrado e pós-graduação Lato sensu: Pesquisador em Ciências Aplicadas e Políticas Públicas e Gestor em Atividades de Pesquisa e Ensino e de nível médio: Técnico em Atividades de Pesquisa e Ensino.

Instruções para efetuar a inscrição:

6.4 Para efetuar a inscrição:

Acessar o site www.legalleconcursos.com.br e localizar a página do presente Concurso Público.

Preencher o Formulário de Inscrição e emitir o respectivo Comprovante.

Emitir o DAE (Documento de Arrecadação Estadual) até as 18 horas do último dia de inscrições e efetivar o pagamento da taxa de inscrição em qualquer agência bancária, posto de autoatendimento ou home banking até o último dia de pagamento das inscrições, observando o horário limite fixado pelo estabelecimento para as transações.

6.5 O preenchimento do Formulário de Inscrição é de inteira responsabilidade do candidato, não sendo permitida, após o pagamento do valor da inscrição, a alteração das informações prestadas, exceto a incorreção na grafia do nome do candidato ou mudança de endereço, telefones de contato ou e-mail.

6.6 O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do DAE de pagamento obtido no site do Concurso Público, não sendo aceitos pagamentos por qualquer outra forma ou meio, sendo obrigação do candidato conferir as informações de pagamento.

6.7 Se pretender efetuar o pagamento do DAE na data de encerramento das inscrições, o candidato deverá fazê-lo até o horário limite fixado pelo estabelecimento para as transações, que não é o mesmo para todos os bancos. O pagamento efetuado após o horário limite só será executado com data contábil do próximo dia útil e, dessa maneira, não será aceito pelo Legalle Concursos uma vez que o DAE correspondente ao pagamento deve ser quitado até as 23h59min da data final de pagamento prevista no cronograma do concurso.

6.8 Encerrado o período de inscrição, as inscrições realizadas que tenham sido efetivamente pagas ou isentas serão automaticamente homologadas e não poderão ser alteradas em hipótese alguma.

6.9 O valor da taxa de inscrição não será restituído, por qualquer razão, exceto por cancelamento ou suspensão do Concurso Público ou exclusão do cargo.

6.10 Verificando-se mais de uma inscrição para o mesmo candidato, será considerada apenas a última inscrição isenta ou paga.

6.11 É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outro meio não especificado neste Edital.

6.12 A Legalle Concursos e a SEPLAG não se responsabilizarão por solicitações de inscrição não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores.

7 Isenção do Valor da Taxa de Inscrição

7.1 São isentos da taxa de inscrição neste Concurso Público os candidatos desempregados, doadores regulares de sangue, eleitores que tenham prestado serviço eleitoral e inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico.

7.2 Para fazer jus à isenção do pagamento o candidato deverá:

Assinalar, no Formulário de Inscrição, a opção ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE INSCRIÇÃO.

Selecionar a modalidade de benefício qual deseja isenção da taxa de inscrição.

Fazer o upload (carregamento) do comprovante da solicitação e da documentação exigida pela lei que lhe concedeu o benefício:

Lei Estadual nº 13.392/1999 e suas alterações

7.3 Considera-se para enquadramento ao benefício de cidadão comprovadamente desempregado, o candidato que firmará por declaração que não se encontra em gozo de nenhum benefício previdenciário de prestação continuada, exceto o proveniente de seguro-desemprego.

7.4 Para comprovação da qualidade de cidadão comprovadamente desempregado, o candidato deverá comprovar todas as seguintes situações:

Não ter vínculo empregatício vigente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

Não ter vínculo estatutário vigente com o Poder Público municipal, estadual ou federal.

Não ter contrato de prestação de serviços vigente com o Poder Público municipal, estadual ou federal.

Não exercer atividade legalmente reconhecida como autônoma.

7.5 Para comprovar que não tem vínculo empregatício vigente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), o candidato deverá apresentar a seguinte documentação:

Declaração de próprio punho, datada e assinada, na qual informará que nunca teve registro em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) de vínculo empregatício, quando for o caso, conforme modelo constante dos Anexos deste Edital; ou

Páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) que contenham fotografia, qualificação civil, anotações do último contrato de trabalho (com as alterações salariais e registro da saída), e da primeira página em branco subsequente à anotação do último contrato de trabalho ocorrido.

7.6 Para comprovar que não tem vínculo estatutário vigente com o Poder Público municipal, estadual ou federal, o candidato deverá apresentar uma das seguintes documentações:

Declaração de próprio punho, datada e assinada, na qual informará que nunca teve vínculo estatutário com o poder público nos âmbitos municipal, estadual ou federal, quando for o caso, conforme modelo constante dos Anexos deste Edital; ou

Certidão expedida por órgão ou entidade competente, com identificação e assinatura legível da autoridade emissora do documento, informando o fim do vínculo estatutário, ou a publicação oficial do ato que determinou a extinção do vínculo.

7.7 Para comprovar que não tem contrato de prestação de serviços vigente com o Poder Público municipal, estadual ou federal, o candidato deverá apresentar uma das seguintes documentações:

Declaração de próprio punho, datada e assinada, na qual informará não possuir contrato de prestação de serviços vigente com o poder público nos âmbitos municipal, estadual ou federal, quando for o caso, conforme modelo constante dos Anexos deste Edital; ou

Contrato extinto, acompanhado da documentação pertinente que comprove sua extinção.

7.8 Para comprovar que não exerce atividade legalmente reconhecida como autônoma, o candidato deverá apresentar uma das seguintes documentações:

Declaração de próprio punho, datada e assinada, na qual informará não auferir qualquer tipo de renda (exceto aquela proveniente de seguro-desemprego), quando for o caso, conforme modelo constante dos Anexos deste Edital; ou

Certidão em que conste a baixa da atividade autônoma.

7.9 Considera-se para enquadramento ao benefício de doador regular de sangue, as doações promovidas a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

7.10 Para comprovação da qualidade de doador regular de sangue, o candidato deverá apresentar o documento expedido pela entidade coletora. O documento previsto por este item deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, considerando no mínimo 02 (duas) doações efetuadas por ano, por pelo menos 02 (dois) anos.

7.11 Considera-se para enquadramento ao benefício de membro de mesa receptora de votos em seção eleitoral no Estado, o candidato que tenha prestado o serviço até 02 (dois) anos anteriores à data de publicação deste Edital.

7.12 A comprovação da qualidade de membro de mesa receptora de votos em seção eleitoral no Estado se dará mediante a apresentação de documento emitido pela Justiça Eleitoral contendo o nome completo do cidadão, a função desempenhada e a data da eleição da qual tenha participado.

Lei Federal nº 8.742/1993 e regulamentado pelo Decreto Federal nº 11.016/2022.

7.13 Considera-se para enquadramento ao benefício de inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, o candidato inscrito no CadÚnico que possua renda familiar mensal igual ou inferior a 3 (três) salários-mínimos ou renda familiar per capita de até meio salário-mínimo nacional mensal.

7.14 Para comprovação da qualidade de inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, o candidato deverá comprovar todas as situações:

Estar inscrito no CadÚnico.

Indicar seu Número de Identificação Social (NIS), atribuído pelo CadÚnico, no Formulário Eletrônico de Inscrição.

Realizar o envio do comprovante de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

7.15 Para comprovar a condição de hipossuficiência econômico-financeira, a Legalle Concursos consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

7.16 O deferimento dos pedidos de isenção da taxa de inscrição será publicado no site do Concurso Público, conforme cronograma, cabendo recurso do indeferimento, que deve ser interposto nos prazos e de acordo com as normas do presente Edital.

7.17 Verificando-se mais de um pedido de isenção para o mesmo candidato, será avaliada a última inscrição realizada.

7.18 Os candidatos que tiverem o seu requerimento de isenção da taxa de inscrição indeferido deverão, caso desejem participar do Concurso Público, efetuar o pagamento da referida taxa até o último dia de inscrição, sob pena de terem a sua inscrição cancelada.

8 Vagas Reservadas aos Candidatos com Deficiência

8.1 Aos candidatos com deficiência é assegurado o direito de se inscrever neste Concurso Público, sendo a elas reservado o percentual de 10% do total de vagas oferecidas para cada cargo, conforme a Lei Estadual nº 11.867/1995, a Lei Federal nº 12.764/2012, a Lei Federal nº 14.126/2021, a Lei Federal nº 14.768/2023, o Decreto Federal nº 3.298/1999 (alterado pelo Decreto Federal nº 5.296/2004), a Lei Estadual nº 21.458/2014, a Lei Estadual nº 21.459/2014, a Lei Estadual nº 24.508/2023, a Lei Estadual nº 24.654/2024, a Lei Estadual nº 24.762/2024, bem como na Súmula nº 377 do STJ, observados os disposit

9.7 Seguir estritamente as normas de conduta estabelecidas no Edital:

No dia da realização da prova a candidata deverá ser acompanhada de pessoa maior de 18 anos. A criança ficará sob a guarda e responsabilidade do acompanhante em sala reservada para essa finalidade. A ausência de acompanhante implicará a impossibilidade de a candidata realizar a prova.

O tempo despendido na amamentação, limitado a intervalos de 30 minutos a cada 2 horas, se necessário, será compensado durante a realização da prova, em igual período.

Portadores de Implantes Metálicos

9.8 Considerando a possibilidade de os candidatos serem submetidos à detecção de metais, os que usem marcapasso e/ou tenham implantados pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos deverão assinalar no requerimento de inscrição esta circunstância e portar no dia da realização da prova exame ou laudo médico comprovando o seu uso.

Solicitações Motivadas por Práticas Religiosas

9.9 Os candidatos que necessitarem de atendimento diferenciado por motivos religiosos (uso de cobertura durante as provas ou realização da prova após o pôr do sol de sábado), deverão assinalar no requerimento de inscrição esta circunstância e entregar a seguinte documentação:

Declaração da congregação religiosa a que pertencem, atestando a sua condição de membro

10 Homologação das Inscrições

10.1 As inscrições que preencherem todas as condições dispostas neste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. O ato de homologação será divulgado nos sites oficiais do Concurso Público.

11 Prova Objetiva

11.1 A Prova Objetiva, de caráter classificatório e eliminatório, será aplicada para todos os cargos. Consistirá em questões objetivas, com 4 (quatro) alternativas de resposta, das quais apenas uma será correta.

11.2 A Prova Objetiva será aplicada na data provável determinada no Cronograma do Anexo I, em locais que serão divulgados no site do Concurso Público.

Duração da aplicação das provas

11.3 A Prova Objetiva para todos os cargos terá duração de até 3 horas.

Áreas de Conhecimento

11.4 As áreas de conhecimento, o número de questões, o valor que será atribuído a cada questão e o total de pontos, estão dispostos nas tabelas a seguir:

Tabela 2 Composição da Prova Objetiva para o cargo de Pesquisador em Ciências Aplicadas e Políticas Públicas

Área de Conhecimento	Conteúdo	Nº de questões	Valor	Total
Conhecimentos Gerais	Metodologia do Ensino Superior	5	1	5
	Metodologia da Pesquisa Científica	5	1	5
	Administração Pública e Políticas Públicas	15	1	15
	Estatística	10	1	10
	Ética, Integridade e Responsabilidade no Serviço Público	5	1	5
	Direitos Humanos	5	1	5
Conhecimentos Específicos em Ciências Sociais Aplicadas		5	1	5
Totais		50	—	50

Tabela 3 Composição da Prova Objetiva para o cargo de Gestor em Atividades de Pesquisa e Ensino

Área de Conhecimento	Conteúdo	Nº de questões	Valor	Total
Conhecimentos Gerais	Políticas Públicas	5	1	5
	Matemática e Raciocínio Lógico	5	1	5
	Gestão de Processos e Projetos	5	1	5
	Contratos e Licitações	10	1	10
	Ética, Integridade e Responsabilidade no Serviço Público	5	1	5
	Direitos Humanos	5	1	5
Conhecimentos Específicos (conforme área de atuação)		15	1	15
Totais		50	—	50

Tabela 4 Composição da Prova Objetiva para o cargo de Técnico em Atividades de Pesquisa e Ensino

Área de Conhecimento	Conteúdo	Nº de questões	Valor	Total
Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	10	1	10
	Matemática e Raciocínio Lógico	10	1	10
	Ética, Integridade e Responsabilidade no Serviço Público	5	1	5
	Noções Gerais de Administração Pública	15	1	15
	Noções de Informática	5	1	5
	Direitos Humanos	5	1	5
Totais		50	—	50

11.5 Para considerar-se aprovado na Prova Objetiva, o candidato deverá obter nota/pontuação total igual ou superior a 25 pontos.

O candidato que não obtiver os desempenhos mínimos não terá classificação alguma no Concurso Público.

Os candidatos que obtiverem os desempenhos mínimos serão ordenados de acordo com os valores decrescentes da nota.

Normas Gerais para prestar a Prova Objetiva

11.6 Para prestar a Prova Objetiva com questões objetivas, o candidato receberá um caderno de questões e um cartão-resposta, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.

11.7 A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e/ou no cartão-resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do Concurso Público envidará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. Na impossibilidade da substituição do caderno de provas, o fiscal de sala fará a leitura correta do item impresso com incorreção ou o copiará para que todos anotem. O tempo gasto para a substituição ou correção dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.

11.8 Quando da realização da Prova Objetiva, o candidato deverá, ainda, obrigatoriamente, levar caneta esferográfica, fabricada em material transparente, de tinta preta. O uso de caneta de tinta azul ou de outra cor poderá gerar a falha na leitura do cartão de respostas, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a utilização de caneta adequada para a realização da Prova. O candidato não pode utilizar outro tipo de caneta ou material.

11.9 Por motivo de segurança, poderão ser aplicadas provas de mesmo teor, porém com gabaritos diferenciados, de forma que, caberá ao candidato marcar o TIPO DE PROVA em seu Cartão de Respostas correspondente ao Caderno de Questões recebido. Caso o candidato não marque o tipo de prova, o cartão de respostas não será lido e o candidato estará automaticamente eliminado do Concurso Público. Após a aplicação da Prova Objetiva não poderá haver mudança no tipo de prova indicado pelo candidato no Cartão de Respostas.

11.10 O preenchimento do cartão resposta é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no Edital e no cartão que não será substituído por erro do candidato.

11.11 Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de questões. Os três últimos candidatos que restarem na sala de prova só poderão entregar as provas simultaneamente.

11.12 Será atribuída nota 0,0 às respostas de questões objetivas:

Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial.

Que contenha emendas e/ou rasuras, ainda que legíveis.

Contendo mais de uma opção de resposta assinalada.

Que não estiver assinalada no cartão de respostas.

Assinalada em cartão resposta sem a assinatura do candidato.

Preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

11.13 Só será permitido o acesso ao local de prova ao candidato que se apresentar no portão de entrada até o horário determinado no Edital para o fechamento dos portões.

11.14 É de responsabilidade do candidato localizar com antecedência o portão de entrada, bem como a sala em que prestará a prova. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o horário determinado, seja qual for o motivo alegado para o atraso.

11.15 Para participar da Prova Objetiva, os candidatos deverão submeter-se às determinações da autoridade sanitária vigentes na data de aplicação da prova, caso estas estejam em vigor na data de aplicação da prova. Tais exigências serão informadas por aviso publicado no site do Concurso Público, quando da informação dos locais de prova.

11.16 A Legalle Concursos, por motivos técnicos ou de força maior, poderá retardar o início da Prova Objetiva ou transferir suas datas e/ou horários. Eventuais alterações serão comunicadas pelo site do Concurso Público, por mensagem enviada para o e-mail informado pelo candidato, ou por aviso fixado na entrada principal ou mural do local anteriormente determinado, caso o evento determinante da alteração seja de natureza imprevisível.

11.17 Para prestar a prova o candidato deverá apresentar documento de identificação original ou digital com foto, não se aceitando cópias (mesmo autenticadas) ou protocolos.

11.18 São considerados documentos de identidade:

Carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional.

Passaporte.

Carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade.

Carteira de trabalho.

Carteira nacional de habilitação (com foto).

Carteira de Identidade Nacional - CIN.

Documentos digitais com foto (e-Título, CNH, RG e CIN) apresentados nos respectivos aplicativos oficiais ou no aplicativo Gov.br.

Caso o candidato apresente o documento em formato digital, só serão aceitos o RG, a carteira nacional de habilitação e o e-título, desde que apresentados nos aplicativos oficiais e com foto.

11.19 Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 dias.

11.20 Só serão aceitos documentos sem nenhuma rasura, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

11.21 A não apresentação de documento de identidade, nos termos deste Edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

11.22 Em face de eventual divergência, a Legalle Concursos, poderá exigir a apresentação do original do comprovante de pagamento da inscrição, com a devida autenticação bancária, não sendo válida cópia mesmo que autenticada.

11.23 A Legalle Concursos, poderá, a qualquer momento, submeter os candidatos à revista pessoal e/ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação por documento e/ou datiloscopia, ou dele fazer imagem fotográfica ou vídeo.

11.24 Em vista de eventual varredura eletrônica a que possa ser submetido, o candidato que faça uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, deverá comunicar a situação à Legalle Concursos, até o último dia de inscrições. A comunicação deverá ser acompanhada de original de laudo médico que comprove as informações prestadas.

11.25 Durante a realização das provas é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais:

Canetas esferográficas feitas com material transparente com tinta da cor preta.

Documento de identificação.

Caso assim deseje, água e pequeno volume de alimentos, acondicionados em embalagem plástica transparente sem qualquer rótulo ou etiquetas.

11.26 Para fazer uso de medicamentos, aparelhos auriculares, talas e bandagens, o candidato deverá apresentar à Coordenação Local a respectiva prescrição médica.

11.27 É vedada a comunicação de qualquer natureza com outros candidatos, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares e/ou quaisquer outros transmissores ou receptores de ondas de rádio (como controles de portões ou chaves remotas de veículos) e/ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico. Também é proibido o fumo, o uso de medicamentos, óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés ou qualquer outro tipo de cobertura.

11.28 Não será permitida, em qualquer hipótese, a entrada de candidato armado nos locais onde se realizam provas. A Legalle Concursos não manterá qualquer armamento sob sua guarda.

11.29 Os telefones celulares e demais equipamentos e materiais trazidos para o local da prova devem ser entregues sem qualquer outro aviso, desligados quando couber, aos fiscais da sala antes do início da prova. A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicará na exclusão do candidato do Concurso Público, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

11.30 É vedado ao candidato, durante a realização das provas, ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal.

11.31 A Legalle Concursos e a SEPLAG não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e/ou avaria, perda ou desaparecimento dos materiais, objetos ou equipamentos - mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala - veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para o local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.

11.32 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas, nem a realização de provas fora do horário e locais marcados para todos os candidatos.

11.33 O candidato só poderá levar o próprio exemplar do Caderno de Questões se deixar a sala na última 1 (uma) hora de prova.

12 Prova Discursiva

12.1 A Prova Discursiva, de caráter classificatório e eliminatório, será aplicada para o cargo de Pesquisador em Ciências Aplicadas e Políticas Públicas (Doutorado e Mestrado).

12.2 Serão corrigidas as provas dos candidatos aprovados na Prova Objetiva, limitados em 5 (cinco) vezes por área de concentração, multiplicados pelo número de vagas imediatas para o cargo/área, considerando-se a equivalência de percentual das cotas, caso haja candidatos aprovados para as vagas reservadas, sendo somado a esse número os candidatos empatrados na última posição, conforme quantitativo estabelecido na Tabela 1.

12.3 O candidato fará a escolha da área de concentração no ato da inscrição, exceto no caso de cargos de nível médio de escolar

12.6 Para considerar-se aprovado na Prova Discursiva, o candidato deverá obter nota/pontuação total igual ou superior a 20 pontos.
O candidato que não obtiver os desempenhos mínimos não terá classificação alguma no Concurso Público.
Os candidatos que obtiverem os desempenhos mínimos serão ordenados de acordo com os valores decrescentes da nota.

Normas Gerais para prestar a Prova Discursiva
12.7 A Prova Discursiva deverá ser feita à mão, pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta preta, não sendo permitida a interferência e/ou participação de outras pessoas, salvo em caso do candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência ou que tenha solicitado atendimento diferenciado para realização da prova, dentro do princípio da razoabilidade.

12.8 A nota será atribuída na escala de 0 a 10 pontos para cada questão discursiva. Cada questão discursiva será avaliada pelos seguintes critérios:

Até 1 ponto: Demonstrar domínio da modalidade escrita formal de Língua Portuguesa quanto à norma padrão, à seleção lexical e à estrutura sintática.

Até 0,5 pontos: Compreender a questão discursiva, abordar o tema proposto e atender ao gênero discursivo.

Até 4 pontos: Selecionar, relacionar, organizar e analisar informações e argumentos, de forma crítica, reflexiva e consistente, em defesa de um ponto de vista.

Até 4 pontos: Apresentar uma solução adequada para o problema discursivo proposto.

12.9 Será exigido o mínimo de 15 linhas para cada questão e o máximo de 30 linhas. A resposta que contiver linhas preenchidas fora da quantidade mencionada, será automaticamente desconsiderada. As respostas das questões discursivas não devem ter títulos e/ou linhas em branco entre parágrafos.

12.10 Também será atribuída nota 0,0 à questão discursiva que:

Não responder à questão discursiva proposta e/ou deixar de apresentar argumentos que corroboram a resposta.

Apresentar nome, rubrica, assinatura, sinal, iniciais ou marcas que permitem a identificação do candidato. Estiver em branco ou apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e/ou palavras soltas), ou ainda, apresentar formas proposicionais de anulação, como impróprios, trechos jocosos ou a recusa explícita em responder o problema discursivo proposto.

For escrita em outra língua que não a portuguesa ou apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.

Apresentar o texto definitivo fora do espaço reservado para tal ou por composta por cópia de trechos de quaisquer outras partes da prova.

12.11 A Folha Definitiva da Prova Discursiva será o único documento válido para a avaliação da Prova e não será substituída por erro de preenchimento do candidato. A folha para rascunho no Caderno de Prova é de preenchimento facultativo e não será considerada para correção.

12.12 Quando da divulgação das Notas Preliminares da Prova Discursiva, será disponibilizada a consulta da Folha Definitiva de Resposta preenchida pelo candidato e os detalhamentos dos critérios de pontuação definidos pela Banca Avaliadora.

13 Prova de Redação

13.1 A Prova de Redação, de caráter classificatório e eliminatório, será aplicada para os cargos de Gestor em Atividades de Pesquisa e Ensino e Técnico em Atividades de Pesquisa e Ensino.

13.2 Serão corrigidas as provas dos candidatos aprovados na Prova Objetiva, limitados em 5 (cinco) vezes por área de concentração, multiplicados pelo número de vagas imediatas para o cargo/área, considerando-se a equivalência de percentual das cotas, caso haja candidatos aprovados para as vagas reservadas, sendo somado a esse número os candidatos empatrados na última posição, conforme quantitativo estabelecido na Tabela 1.

Cronograma de aplicação da Prova de Redação

13.3 A Prova de Redação será aplicada juntamente à Prova Objetiva, acrescendo-se o tempo de prova previsto em 1 hora. A não realização desta etapa elimina o candidato do certame.

Área de Conhecimento

13.4 A Prova de Redação consistirá na elaboração de texto dissertativo-argumentativo sobre um tema inédito e atual, com valor de 40 pontos para o cargo de Gestor em Atividades de Pesquisa e Ensino, e com valor de 50 pontos para o cargo de Técnico em Atividades de Pesquisa e Ensino, em que abordará os temas conforme tabelas a seguir:

Tabela 6 Tema a ser abordado na Prova de Redação para o cargo de Gestor em Atividades de Pesquisa e Ensino

Tema	Total de pontos
Temas atuais em Administração Pública	40
Total	40

Tabela 7 Tema a ser abordado na Prova de Redação para o cargo de Técnico em Atividades de Pesquisa e Ensino

Tema	Total de pontos
Temas atuais em Administração Pública	50
Total	50

13.5 Para considerar-se aprovado na Prova de Redação, o candidato deverá obter nota/pontuação total igual ou superior a 20 pontos para o cargo de Gestor em Atividades de Pesquisa e Ensino e 25 pontos para o cargo de Técnico em Atividades de Pesquisa e Ensino.

O candidato que não obtiver os desempenhos mínimos não terá classificação alguma no Concurso Público.

Os candidatos que obtiverem os desempenhos mínimos serão ordenados de acordo com os valores decrescentes da nota.

Normas Gerais para prestar a Prova de Redação

13.6 As correções de candidatos aprovados na prova objetiva obedecerão ao critério previsto no item 13.2.

13.7 A Prova de Redação para o cargo de Gestor em Atividades de Pesquisa e Ensino será avaliada na escala de 0 a 40 pontos. Será considerado aprovado na Prova de Redação o candidato que obtiver, no mínimo, 20 pontos. A Prova de Redação observará os seguintes critérios e pontuações definidos a seguir:

Tabela 8 Critérios a serem avaliados na Prova de Redação do cargo de Gestor em Atividades de Pesquisa e Ensino

Aspectos avaliados de acordo com a norma padrão	Aspectos Macroestruturais	Pontos descontados por erro	Total de Pontos
Conhecimento e compreensão do conteúdo proposto (relevância e propriedade de resposta à temática e ao tipo de gênero textual solicitado).		1	8
Desenvolvimento da argumentação, objetividade e informatividade dentro do tema proposto (organização da argumentação, considerando-se a macroestrutura do texto dissertativo: introdução, desenvolvimento e conclusão).		1	8
Coerência (relação lógica entre as ideias, assim como sua distribuição entre as partes do texto; encadeamento de ideias de forma lógica e coerente; progressão textual).		0,5	8
Aspectos Microestruturais			
Estruturação sintática: truncamentos de períodos; justaposição de orações e/ou períodos; excesso, ausência ou duplicação de elementos sintáticos, considerando-se a utilização dos recursos coesivos da língua de modo a tornar a relação entre frases e períodos e entre os parágrafos do texto mais clara e precisa.		0,25	2
Morfossintaxe: colocação pronominal; concordância verbal e nominal; conectores; emprego de pronomes; paralelismo sintático; regência verbal e nominal; seleção vocabular - uso de vícios de linguagem, gírias, marcas de oralidade, escolha lexical (precisão vocabular); vocabulário inadequado ao texto escrito tempos e modos verbais; grau de formalidade/informalidade expressa em palavras e expressões.		0,25	6
Desvios: acentuação; ortografia; translinhamento; uso de letras maiúsculas e minúsculas; pontuação.		0,25	8
Totais		—	40

13.8 A Prova de Redação para o cargo de Técnico em Atividades de Pesquisa e Ensino será avaliada na escala de 0 a 50 pontos. Será considerado aprovado na Prova de Redação o candidato que obtiver, no mínimo, 25 pontos. A Prova de Redação observará os seguintes critérios e pontuações definidos a seguir:

Tabela 9 Critérios a serem avaliados na Prova de Redação do cargo de Técnico em Atividades de Pesquisa e Ensino

Aspectos avaliados de acordo com a norma padrão	Aspectos Macroestruturais	Pontos descontados por erro	Total de Pontos
Conhecimento e compreensão do conteúdo proposto (relevância e propriedade de resposta à temática e ao tipo de gênero textual solicitado).		1	10
Desenvolvimento da argumentação, objetividade e informatividade dentro do tema proposto (organização da argumentação, considerando-se a macroestrutura do texto dissertativo: introdução, desenvolvimento e conclusão).		1	10
Coerência (relação lógica entre as ideias, assim como sua distribuição entre as partes do texto; encadeamento de ideias de forma lógica e coerente; progressão textual).		1	14
Aspectos Microestruturais			
Estruturação sintática: truncamentos de períodos; justaposição de orações e/ou períodos; excesso, ausência ou duplicação de elementos sintáticos, considerando-se a utilização dos recursos coesivos da língua de modo a tornar a relação entre frases e períodos e entre os parágrafos do texto mais clara e precisa.		0,25	2
Morfossintaxe: colocação pronominal; concordância verbal e nominal; conectores; emprego de pronomes; paralelismo sintático; regência verbal e nominal; seleção vocabular - uso de vícios de linguagem, gírias, marcas de oralidade, escolha lexical (precisão vocabular); vocabulário inadequado ao texto escrito tempos e modos verbais; grau de formalidade/informalidade expressa em palavras e expressões.		0,5	6
Desvios: acentuação; ortografia; translinhamento; uso de letras maiúsculas e minúsculas; pontuação.		0,5	8
Totais		—	50

13.9 O candidato deverá escrever a Prova de Redação primando pela abordagem completa do tema e adequação ao tipo textual solicitado, pelo uso das normas do registro formal e culto da Língua Portuguesa, pelo emprego de elementos que garantam a coesão textual e pela coerência das ideias apresentadas.

13.10 A Prova de Redação consistirá na elaboração de um texto dissertativo-argumentativo sobre tema inédito e atual, com base em tema formulado pela Banca Examinadora, primando pela clareza, precisão, consistência e concisão.

13.11 A prova deverá ser feita com caneta esferográfica, fabricada em material transparente, de tinta preta, com grafia legível, a fim de não prejudicar o seu desempenho quanto a correção, não sendo permitida a interferência e a participação de terceiros, salvo o caso em que o candidato tenha solicitado condição especial e tenha sido deferida para a realização das provas.

13.12 A Folha de Texto Definitivo será o único documento válido para a avaliação da Prova de Redação.

13.13 Durante a Prova de Redação não serão permitidas consultas, nem oferecidas folhas adicionais para rascunho.

13.14 A Prova de Redação deverá ter o mínimo de 20 linhas e o máximo de 40 linhas.

13.15 A folha de texto definitivo não poderá ser assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da Prova de Redação. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da Prova.

13.16 O candidato terá sua Prova de Redação avaliada com nota 0,0 em caso de:

Fugir ao tema e/ou tipo de texto propostos;

Apresentar nome parcial, nome completo, rubrica, assinatura, codinome, apelido, sinais, iniciais, números, desenhos, códigos ou marcas que permitam a identificação do candidato;

Estiver em branco ou apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e/ou palavras soltas);

For escrita em outra língua que não a portuguesa ou apresentar letra ilegível e/ou incompreensível;

For composta por cópia de trechos da coletânea dos textos motivadores ou de quaisquer outras partes da prova;

Apresentar formas proposicionais de anulação como impróprios, trechos jocosos que atentem contra a seriedade do concurso ou a recusa explícita em cumprir o tema proposto.

13.17 Quando da divulgação das Notas Preliminares da Prova de Redação, será disponibilizada a consulta da Folha Definitiva de Resposta preenchida pelo candidato.

14 Prova de Títulos

14.1 A Prova de Títulos de caráter classificatório, para os cargos de Pesquisador em Ciências Aplicadas e Políticas Públicas e de Gestor em Atividades de Pesquisa e Ensino, nas respectivas áreas de atuação, consistirá da avaliação dos Publicações e Experiências Profissionais, na área de conhecimento correlato e intrínseco ao cargo para a qual se inscreveu, desde que satisfeitos os critérios estabelecidos neste Edital.

14.2 Someterão ser analisados os títulos enviados e divulgadas as notas das provas dos candidatos aprovados até os limites previstos nos itens 12.2 e 13.2, conforme o cargo.

14.3 Não são admitidas, após o término do prazo para a apresentação dos documentos, a complementação, a inclusão ou a substituição dos títulos enviados, bem como não serão computados períodos concomitantes ou aqueles relativos a estágio, monitoria, bolsa de estudo, residência multiprofissional ou trabalho voluntário.

14.4 Devem ser entregues vias digitalizadas, em boa qualidade que permitam a fácil leitura e análise de todas as folhas do documento, inclusive anexos, frente e verso, sem rasuras, borrosas ou qualquer alteração, em formato eletrônico (extensão .PDF).

Não serão avaliados documentos ilegíveis e/ou aqueles nos quais não se consiga identificar as informações necessárias para a avaliação, conforme previsões editalícias. Também não serão aceitas fotos ainda que convertidas em formato eletrônico (extensão .PDF).

Documentos para prova de títulos

14.5 Os documentos apresentados, nos prazos e meios previstos pelo Edital, serão analisados e pontuados conforme o presente Edital.

Todos os candidatos deverão apresentar Currículo Lattes ou Currículo Vitae, modelo completo, apresentado em formato eletrônico (extensão .PDF).

Somente serão pontuadas as atividades e publicações contidas no currículo apresentado, realizadas no período indicado neste Edital, devidamente registradas e comprovadas.

Publicações

14.6 Para o cargo de Pesquisador em Ciências Aplicadas e Políticas Públicas, a comprovação de publicações, conforme área de concentração, será feita pelos documentos a seguir:

Arquivo

14.14 Os documentos apresentados, que preencherem todas as condições descritas no Edital, serão pontuados de acordo com as tabelas a seguir:

Tabela 10 Publicações

Documento apresentado	Pontuação por Publicação	Limite	Pontuação Total
Artigo científico publicado ou com aceite final em periódicos, com classificação MB (a partir de 2025) ou Qualis A1, A2, A3 e A4 (publicações entre 2022 e 2024)	0,1	28	2,8
Livro escrito em autoria ou coautoria pelo candidato, relacionado à área, com ISBN e publicado por editora universitária ou instituição de ciência e tecnologia	0,5	2	1
Livro organizado em autoria ou coautoria pelo candidato, relacionado à área, com ISBN e publicado por editora universitária ou instituição de ciência e tecnologia	0,5	2	1
Capítulo de livro, relacionado à área, com ISBN e publicado por editora universitária ou instituição de ciência e tecnologia	0,04	10	0,4

Tabela 11 Experiência Profissional

Documento apresentado	Pesquisador em Ciências Aplicadas e Políticas Públicas	Pontuação por Experiência	Limite	Pontuação Total
Aulas ministradas na Graduação e Pós-Graduação Lato sensu na área	0,1(cada 180 dias de efetivo exercício até 31/12/2025)	8	0,8	
Aulas ministradas na pós-graduação Stricto sensu na área	0,1(cada 180 dias de efetivo exercício até 31/12/2025)	8	0,8	
Orientação de trabalhos de conclusão de curso no nível de graduação e pós-graduação lato sensu na área	0,1	8	0,8	
Orientação de dissertação ou tese	0,1	8	0,8	
Coordenação de projeto de pesquisa com financiamento externo	0,1	8	0,8	
Bolsa de fomento à pesquisa, de produtividade, ou de pós-doutorado*	0,1(cada 180 dias de efetivo exercício até 31/12/2025)	8	0,8	

Documento apresentado	Gestor em Atividades de Pesquisa e Ensino	Pontuação por Experiência	Limite	Pontuação Total
Experiência profissional em outras Instituições, na área do cargo a que concorre.	0,5 pontos(cada 180 dias de efetivo exercício até 31/12/2025)	8	5	
Experiência profissional em Instituições de Ensino Superior, na área do cargo a que concorre, excluídos os períodos concomitantes.	01 ponto(cada 180 dias de efetivo exercício até 31/12/2025)	8	5	

*Atividades desenvolvidas por equipes de estudantes, supervisionadas por docente, com reuniões periódicas, produção de relatórios e interação contínua com o público-alvo.

15 Cálculo da Nota Final, Classificação e Resultado Final

Cálculo da Nota Final

15.1 Para o cargo de: Pesquisador em Ciências Aplicadas e Políticas Públicas:

Nota Final = Nota da Prova Objetiva + Prova Discursiva + Prova de Títulos

15.2 Para o cargo de Gestor em Atividades de Pesquisa e Ensino:

Nota Final = Nota da Prova Objetiva + Prova de Redação + Prova de Títulos

15.3 Para o cargo de Técnico em Atividades de Pesquisa e Ensino:

Nota Final = Nota da Prova Objetiva + Prova de Redação

Classificação

15.4 Os candidatos serão classificados em ordem decrescente da média obtida, expressa com 2 casas decimais sem arredondamento.

15.5 Ocorrendo empate na pontuação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal nº 10.741/2003, para os candidatos que se enquadrem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

15.6 Ocorrendo empate na pontuação, aplicar-se-á, o disposto previsto no art. 440, da Lei nº 11.689/2008, sendo que o candidato com exercício comprovado da função de jurado, será assegurada a preferência em igualdade de condições em Concurso Público. Para a comprovação deverão enviar: Certidão, Declaração, Atestado, ou outros documentos públicos expedidos pela Justiça Estadual ou Federal, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do Art. 440, Código de Processo Penal (alterado pela Lei Federal nº 11.689/2008), a partir da vigência da Lei.

15.7 Para os candidatos que não se enquadram na condição de idoso, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito aplicando-se sequencialmente os seguintes critérios:

1 Maior nota na Prova Objetiva.

2 Maior nota nas Areas do Conhecimento da Prova Objetiva, na seguinte ordem: 1º Conhecimentos Específicos em Administração Pública; 2º Conhecimentos Específicos em Ciências Sociais Aplicadas; 3º Administração Pública e Políticas Públicas; 4º Noções Gerais de Administração Pública; 5º Políticas Públicas; 6º Metodologia da Pesquisa Científica; 7º Metodologia do Ensino Superior; 8º Contratos e Licitações 9º Direitos Humanos; 10º Estatística; 11º Ética, Integridade e Responsabilidade no Serviço Público; 12º Gestão de Processos e Projetos; 13º Língua Portuguesa; 14º Matemática e Raciocínio Lógico; 15º Noções de Informática, conforme aplicado a cada cargo.

3 Maior nota na Prova Discursiva (se aplicável ao cargo).

4 Maior nota na Prova de Redação (se aplicável ao cargo).

5 Maior nota na Prova de Títulos (se aplicável ao cargo).

6 Maior idade, apurado em ano, mês e dia.

7 Persistindo o empate, será realizado sorteio público, a ser convocado por Edital e seu resultado fará parte da classificação final do Concurso Público.

Resultado Final

15.80 resultado final do Concurso Público será publicado por meio de duas listagens:

Lista Geral, contendo a classificação de todos os candidatos habilitados, inclusive os inscritos como pessoa com deficiência, em ordem de classificação, sem previsão de formação de cadastro de reserva.

Lista de Pessoas com Deficiência, contendo a classificação exclusiva dos candidatos habilitados inscritos como pessoa com deficiência, em ordem de classificação, sem previsão de formação de cadastro de reserva.

16 Recursos

16.1 Caberão recursos dos seguintes atos:

Indeferimento do pedido de isenção do valor da inscrição.

Não homologação da inscrição, dos pedidos de vagas reservadas ou dos pedidos de condições especiais.

Questões de Prova Objetiva, gabarito provisório, padrão de resposta da Prova Discursiva e de Redação.

Resultado das Provas Objetiva, Discursiva, de Redação e de Títulos.

Instruções para interposição de recursos

Acessar o site do Concurso Público e clicar na Área do candidato o link correspondente ao recurso;

Preencher online o requerimento com argumentação clara, consistente e objetiva.

16.2 Não serão analisados os recursos interpostos por desacordo com as normas estabelecidas neste Edital, entregues por meios não descritos neste Edital ou entregues após os prazos neste Edital.

16.3 Caso o candidato entregue mais de um recurso contra a mesma questão ou ato do Concurso Público, só será analisado o último transmitido, entregue ou recebido. Os recursos intempestivos e inconsistentes não serão analisados.

16.4 No caso de anulação de qualquer questão, ela será considerada como correta para todos os candidatos que a responderam, mesmo que não tenham interposto recurso.

16.5 No caso de erro na indicação da resposta correta, o gabarito provisório será alterado, sendo as provas corrigidas com base no gabarito definitivo.

16.6 Alterada a pontuação e/ou classificação do candidato, de ofício, ou por força de provimento de recurso, poderá haver alteração da pontuação obtida e/ou da classificação.

16.7 O despacho dos recursos será publicado coletivamente no site do Concurso Público. Uma resposta individual a cada requerimento será acessível na ÁREA DE ACESSO RESTRITO AO CANDIDATO. Não serão encaminhadas respostas a recursos por qualquer outro meio.

16.8 Alterado o gabarito oficial pela Comissão, de ofício ou por força de provimento de recurso, a prova será corrigida de acordo com o novo gabarito ou o resultado de qualquer das etapas do Concurso Público será retificado, podendo haver alteração da pontuação e/ou classificação inicialmente obtida para uma classificação superior ou inferior ou, ainda, a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para a prova.

16.9 Não será admitido recurso requerendo, sem fundamentação clara e objetiva, a simples revisão da nota atribuída.

16.10 Não cabera pedido de revisão, em nível administrativo, da decisão da Comissão Organizadora em recurso interposto pelo candidato.

17 Delegação de Competência

17.1 Delegam-se à Legalle Concursos Ltda., as seguintes competências:

Divulgar amplamente o Concurso Público e o presente Edital.

Receber as inscrições.

Homologar as inscrições.

Analizar os pedidos de isenção.

Avaliar os candidatos em todas as etapas previstas no presente Edital.

Receber e julgar os recursos previstos neste Edital.

Prestar informações sobre o certame.

Definir normas para aplicação das provas.

Publicar o Resultado Final.

18 Foro Judicial

18.1 O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público previsto neste Edital é o da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais.

19 Disposições Finais

19.1 A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas contidas neste Edital e em outros que vierem a ser publicados.

19.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos e comunicados oficiais referentes a este Concurso Público, divulgados integralmente no Diário Oficial dos Poderes do Estado - Minas Gerais e no endereço eletrônico www.legalleconcursos.com.br.

19.3 O candidato que desejar obter comprovante de comparecimento nas provas deste Concurso Público deverá acessar link disponibilizado para este fim na página correlata ao certame, no endereço eletrônico da Legalle Concursos (www.legalleconcursos.com.br).

19.4 É dever do candidato manter seus dados pessoais, especialmente telefone de contato e endereço, atualizados. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização do seu endereço ou meios de contato.

Até a data de publicação do resultado final, a atualização dos dados deverá ser realizada mediante requerimento específico efetuado diretamente na área de acompanhamento do candidato no site da Legalle Concursos.

Após a homologação do resultado final, mudanças de dados e endereço dos candidatos classificados deverão ser comunicadas diretamente à SEPLAG. Serão de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.

Após a homologação, as informações deverão ser obtidas nos endereços eletrônicos www.planejamento.mg.gov.br e www.fjp.mg.gov.br.

19.5 Os casos omisos serão resolvidos pela Legalle Concursos em conjunto com a Comissão Especial de Concurso Público Edital SEPLAG/FJP 01/2026.

19.6 A eventual disponibilização de atos nos endereços eletrônicos da Legalle Concursos (www.legalleconcursos.com.br), SEPLAG e FJP não isenta o candidato da obrigação de acompanhar as publicações oficiais sobre este Concurso Público.

19.7 A inscrição e a participação no Concurso Público implicará o tratamento de seus dados pessoais de nome, número de inscrição, número e origem do documento de identidade, digital, data de nascimento, número de CPF, local, endereço, data, sala e horário das provas, telefone, e-mail, cargo/vaga a que concorre e/ou outra informação pertinente e necessária (como a indicação de ser destro ou canhoto, a solicitação de atendimento especial para pessoa com deficiência e solicitações e comprovações para preenchimento de vagas reservadas ou, ainda, concessão de benefícios de isenção de inscrição).

Afinalidade do tratamento dos dados pessoais listados acima está correlacionada à organização, ao planejamento e à execução deste Concurso Público.

As principais bases legais para o tratamento dos dados pessoais do candidato serão, sem prejuízo de outras que eventualmente se façam necessárias e estejam amparadas na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD):

Cumprimento de obrigação legal ou regulatória (em relação ao artigo 37, incisos II e VIII, da Constituição Federal de 1988, os quais preveem que a investidura em cargos públicos, dependem de aprovação em Concurso Público).

Execução de contrato entre a SEPLAG e a Legalle Concursos para os fins de condução do Concurso Público.

A garantia da lisura e prevenção à fraude nos concursos públicos.

19.8 Os prazos estabelecidos neste Edital são prévios, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de documentos fora das datas estabelecidas.

19.9 A qualquer tempo poderá ser anulada a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados a este Concurso Público, quando constatada a omissão ou declaração falsa de dados ou condições, irregularidade de documentos, ou ainda, irregularidade na realização das provas, com finalidade de prejudicar direto ou criar obrigação, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19.10 A SEPLAG reserva-se o direito de proceder à guarda dos documentos relativos ao concurso, observada a Lei Estadual nº 19.420/2011, e o Plano de Classificação de Documentos e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, previstos no Decreto Estadual nº 46.398/2013.

19.11 Este Concurso Público possui validade de 2 (dois) anos, a contar da data de publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

Belo Horizonte, 26 de janeiro de 2026.
Rodrigo Ferreira Matias
Secretário de Estado de Planejamento e Gestão, em exercício

Luciana Lopes Nominato Braga
Presidente da Fundação João Pinheiro

O Cronograma de atividade do Concurso Público poderá ser alterado por necessidade de ordem técnica e/ou operacional. A alteração poderá ser feita sem aviso prévio, bastando, para todos os efeitos legais, a

Publicação das respostas aos recursos: Resultado da Prova Objetiva		10/06/2026
Publicação resultado preliminares das Provas de Redação e Discursiva, da Folha Definitiva da Prova de Redação ou da Prova Discursiva, Ata Individual de Correção		13/06/2026
Prazo recursal: resultado preliminares das Provas de Redação e Discursiva	14/06/2026	15/06/2026
Publicação das respostas aos recursos: resultado preliminares das Provas de Redação e Discursiva		18/06/2026
Resultado da Provas de Redação e Discursiva		18/06/2026
Cronograma Prova de Títulos		
Evento / Datas Prováveis	Início	Fim
Publicação do resultado preliminar da Prova de Títulos		22/06/2026
Prazo Recursal: resultado da Prova de Títulos	23/06/2026	24/06/2026
Publicação das respostas aos recursos: Resultado da Prova de Títulos		26/06/2026
Cronograma Resultado Final		
Evento / Datas Prováveis	Início	Fim
Resultado do Concurso Público		26/06/2026
Homologação do Concurso Público		26/06/2026

*Fica revogado o conteúdo do edital publicado em 10/01/2026, em todos os seus termos, passando a ter validade e contagem de prazos a partir da presente republicação.

Anexo 2 PROGRAMAS DAS PROVAS

IMPORTANTE!

AS QUESTÕES RELACIONADAS À LEGISLAÇÃO E NORMAS PODERÃO ABRANGER ALTERAÇÕES HAVIDAS ATÉ A DATA DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL. A LEGISLAÇÃO COM ENTRADA EM VIGOR APÓS A DATA DE PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL, BEM COMO AS ALTERAÇÕES EM DISPOSITIVOS LEGAIS E NORMATIVOS A ELE POSTERIORES, NÃO SERÃO OBJETO DE AVALIAÇÃO, SALVO SE LISTADAS NOS PROGRAMAS DAS PROVAS.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PESQUISADOR EM CIÊNCIAS APLICADAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

CONHECIMENTOS GERAIS

Metodologia do Ensino Superior

Elementos para compreensão do cotidiano e processo didático.

Prática educativa, pedagogia e didática: Prática educativa na sociedade. Didática e metodologia. Tendências pedagógicas da prática escolar.

Ensinar e aprender - a construção do conhecimento: A realidade atual. O ensino e a aprendizagem na vida humana. Ensinar e aprender - significados e mediações.

Planejamento da ação didática: Planejamento (níveis e suas relações). O planejamento no Ensino Superior.

Planejamento de ensino numa perspectiva crítica: Planejamento como ação pedagógica essencial. Planejamento de ensino: processo integrador entre a universidade e o contexto social.

Objetivos, conteúdos e metodologias: A formulação de objetivos educacionais. Os conteúdos de ensino. Metodologias. Técnica de ensino em grupo. Técnica painel. O trabalho interdisciplinar no Ensino Superior.

Avaliação da aprendizagem: O conceito de avaliação de aprendizagem e as concepções pedagógicas. Ensino para competências. Avaliação da aprendizagem.

Disponível em: https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/tx_1_didatica_ens_sup.pdf

Metodologia da Pesquisa Científica

Fundamentos Básicos: A Evolução da Ciência. Características da Ciência. Papéis da Ciência. Aumenta o conhecimento. Realiza novas descobertas. Aproveitamento espiritual. Aproveitamento material. Estabelecimento de controles. Classificação e divisão da Ciência. Classificação de Augusto Comte (1798 - 1857). Classificação de Carnap (1891 - 1970). Classificação de Bunge (Séc. XX). Classificação adotada por Lakatos e Marconi (1985) Características das Ciências Naturais. Características das Ciências Humanas e Sociais.

Método Científico: Conhecimento Científico e outros tipos de conhecimento. As quatro formas de conhecimentos (Conhecimento Popular, Conhecimento Religioso, Conhecimento Filosófico e Conhecimento Científico). Uso do conhecimento científico no método científico. O que é método?

Procedimento de elaboração do método científico.

Caracterização da Pesquisa: Conceito. Finalidade da pesquisa. Finalidade da pesquisa. Métodos quantitativo e qualitativo de pesquisa. Instrumentos e técnicas de coleta e análise de dados (Entrevista, Questionário, Análise Documental, Observação e Técnicas de análise de dados). Formação do Pesquisador. Planejamento da Pesquisa.

Disponível em:

https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/432206/2/Livro_Metodologia%20da%20Pesquisa%20-%20Comum%20a%20todos%20os%20cursos.pdf

Métodos de abordagem - bases lógicas da investigação (dedutivo, induutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico).

Métodos de procedimentos - meios técnicos da investigação (histórico, experimental, observacional, comparativo, estatístico, clínico e monográfico).

Disponível em:

<https://www.feevale.br/Comun/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>

Administração Pública e Políticas Públicas

Administração Pública e o Contexto Institucional Contemporâneo: A definição do Estado e a Administração Pública, por intermédio da análise de sua evolução histórica, no que se refere às suas funções e esfera de atuação. Os direitos do cidadão e os deveres do Estado nas democracias modernas, considerando-as as relações público-privado e as prerrogativas do poder público. O papel do servidor público como agente do Estado, considerando-se as formas de investidura, os tipos de vínculos e princípios de conduta. Os principios norteadores da Administração Pública brasileira de acordo com o texto constitucional, considerando as implicações desses princípios na atuação dos agentes públicos. Os poderes e deveres do administrador público com relação à Administração e à sociedade civil. As principais transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e tecnológicas da contemporaneidade, que impactaram o papel e forma de atuação do Estado e da Administração Pública no mundo e no Brasil. Os desafios a serem enfrentados pelo Estado e pela Administração Pública brasileira na atualidade e o papel que os gerentes operacionais poderão desempenhar no enfrentamento desses desafios.

Disponível em:<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2260>

Políticas Públicas: Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil.

Disponível em:<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4162>

Estatística

Noções básicas de análise de dados: Dados (definição, tipos e a tomada de decisão). Análise qualitativa, quantitativa e complementaridade. O domínio de atuação da estatística. Aplicações do tratamento estatístico de informações. O Poder das Lentes Estatísticas. A leitura de dados sociais com base na análise de dados. Exame de dados sociais brasileiros.

Representação de Dados, Correlação e Ajuste Linear: Organizar dados na forma de tabelas e gráficos. Correlação, linearidade, ajuste linear. Debater o Comportamento Não-linear via Exemplos. Tipos de comportamentos não-lineares e estudo da parábola. Construção numérica de ajustes (fit) e sua interpretação. Praticar os Conceitos de Ajuste de Curvas. Prática de fit: principais ajustes, aproximações e tendência. Leitura de gráficos.

Visão Sistêmica sobre a Análise de Dados: Os Conceitos de Ajuste de Curvas. Prática de fit: principais ajustes, aproximações e tendência. Leitura de gráficos. Fundamentar Opinião com Base em Resultados. Sumário da análise de dados. Tratamento da informação. O Campo de Dados e o Cenário Atual.

Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/7657> e <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/96>

Etica, Integridade e Responsabilidade no Serviço Público

Conceitos Básicos: Contexto das perspectivas teórico-filosóficas sobre Ética. Os conceitos atribuídos à Ética, segundo perspectivas teórico-filosóficas. Relação e distinção entre ética, política e direito. A importância da educação ética para o servidor público.

A Ética na Vida Pública: Cidadania e Serviço Público no Brasil: A importância da Ética no exercício da função pública, particularmente no que se refere aos valores que devem nortear a conduta dos servidores públicos e garantir, consequentemente, o respeito à coisa pública e o foco no cidadão. A esfera pública da esfera privada com atenção voltada para os valores e princípios que regem as condutas nesses dois universos. definição de "democracia", considerando os conceitos de representação e igualdade, bem como a noção de cidadania. Contexto da cidadania no Brasil, observando os aspectos históricos do país e os desafios para o futuro em vista da responsabilidade pública.

A Conduta no Serviço Público: Ideal de conduta do serviço público, que combine excelência e retidão. Profissionalismo, decoro e civilidade, como princípios básicos da conduta do servidor público. Código de ética e sua finalidade. Iniciativas governamentais que introduzam noções de ética na gestão pública. Vantagens de criar instrumentos de orientação da conduta da Administração Federal. Definição de "comissão de ética", sua composição, objetivos e metodologia de trabalho.

Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6182>

Direitos Humanos

Dispositivos constitucionais pertinentes: Constituição da República Federativa do Brasil.

Atos internacionais ratificados pelo Brasil: Convênio sobre os Trabalhadores Migrantes; Convênio 97, Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Convênio sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Convênio sobre os Direitos da Criança. Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção; Convênio de Mérida. Convênio sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Convênio sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.

Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/1/508144/000992124.pdf>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Área de Concentração - Administração, Gestão Pública e Transversalidade

Evolução dos modelos de administração pública e os desafios da gestão governamental. Transição da Administração Pública Burocrática para a Administração Pública Gerencial. Conceitos e fundamentos da Reforma do Estado. Gestão Gerencial vs. Gestão Burocrática. Discussão sobre a Gestão Pública no século XXI. Reformas pendentes no campo da gestão pública brasileira. Administração Pública com foco em Instituições e Ações Governamentais. Visão abrangente sobre a estrutura e o funcionamento do Estado. Revisão Conceitual da Governança Pública. Definição e elementos da Governança no contexto do setor público.

O papel da burocracia na política, os desafios democráticos e a necessidade de um Estado inovador. Relação complexa entre Burocracia e Política no Brasil. Desafios para o Estado democrático no século XXI. Proposta de como construir um Estado Empreendedor. A importância da inovação e a relação necessária com a burocracia. O papel da burocracia na promoção de inovações. Análise da Gramática Política do Brasil. Padrões de relacionamento entre burocracia, política e grupos de interesse.

O impacto da tecnologia, a gestão estratégica e a dinâmica interna das organizações. Uso da Inteligência Artificial (IA) e seu impacto nas Políticas Públicas na América Latina e Caribe. Implicações da IA na gestão governamental e serviços públicos. A formação da Sociedade em Rede na Era da Informação. Transformações na economia, sociedade e cultura devido às novas tecnologias de comunicação. O Processo da Estratégia: conceitos, contextos e casos. Diferentes abordagens e escolas do pensamento estratégico. Estudo do Comportamento Organizacional. Compreensão de indivíduos, grupos e estrutura em uma organização. Teoria Geral da Administração. Fundamentos e escolas do pensamento administrativo. Gestão por Competências e Gestão do Conhecimento. Métodos e práticas para o desenvolvimento e retenção de talentos e saber organizacional.

Dinâmicas sociais brasileiras, desigualdades e identidade racial. Trajetórias das Desigualdades no Brasil ao longo de cinquenta anos. Análise de como o país mudou em termos sociais e econômicos. Discussão sobre identidade racial e a questão de "Quem quer (pode) ser negro no Brasil?". Estudo sobre raça, poder e reconhecimento no contexto brasileiro. Análise do percurso profissional e acadêmico de ex-alunos universitários.

Referências:

RIOS, Maximiliano Campos. "Inteligência artificial e políticas públicas na América Latina e Caribe". Caracas: CLAD, 2025. Disponível em: https://web-api-backend.clad.org/uploads/inteligencia-artificial_maxicampos_pt.pdf

KATTEL, Rainer et al. Como construir um estado empreendedor: porque a inovação precisa da burocracia. Brasília: Enap, 2025. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/9147/1/How%20to%20Make%20an%20Entrepreneurial%20State.pdf>

TEIXEIRA, A. F.; GOMES, R. C. Governança pública: uma revisão conceitual. Revista do Serviço Público, Brasília, DF, v. 70, n. 4, p. 519-550, 2019. Disponível em: <https://www.spell.org.br/documentos/ver/55922/governanca-publica--uma-revisao-conceptual/i/pt-br>

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Da Administração Pública Burocrática à Gerencial. In: PEREIRA, B. e SPINK, P. Reforma do Estado e Adm. Pública Gerencial. FGV, 2001.

LOUREIRO, Maria Rita (org.); ABRUCIO, Fernando Luiz (org.); PACHECO, Regina Sílvia (org.). Burocracia e Política no Brasil: desafios para o Estado democrático no século XXI. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2010.

MATIAS-PEREIRA, J. Administração Pública: Foco nas Instituições e Ações Governamentais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

CARNEIRO, R. e MENICUCCI, T. M.G. Gestão pública no século XXI: as reformas pendentes. Brasília: IPEA, 2011. Texto para discussão 1686.

MOTTA, Fernando C.P.; VASCONCELLOS, Isabella F.G. Teoria geral da administração. São Paulo: Pioneer-Thomson, 2002.

CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura: A sociedade em rede. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. v.1.

NUNES, Edson. A Gramática Política do Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 2003.

ARRETCHIE, Marta (org.) Trajetórias das Desigualdades: Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos, São Paulo, Ed. UNESP, 2015.

MINTZBERG, Henry. O processo da estratégia: conceitos, contextos e casos selecionados. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

ROBBINS, S. Comportamento organizacional. 11. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2005.

CARBONE, P.P. et al. Gestão por competências e gestão do conhecimento. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

JESUS, Rodrigo Edmilson de. Quem quer (pode) ser negro no Brasil? Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

LAS CASAS, Estevam Barbosa de; CUNHA, Daisy; QUÉIROZ, Tatiana. UFMG Pesquisa Egressos. Belo Horizonte: UFMG, 2019.

Gestão de Processos e Projetos

Conceitos Básicos: Partes Interessadas no projeto. Competências necessárias ao gestor de projetos e estilos de gerência. Áreas de conhecimento em gerenciamento de projetos. Ciclo de vida e fases de um projeto. Metodologias e ferramentas de gerenciamento. Melhoria de processos e Ciclo PDCA.

Indicadores para gestão de processos.

Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2332> e [http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1114](https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1114)

Contratos e Licitações

Contratos administrativos: Fases da contratação, gestão e fiscalização. Formalização e divulgação, duração, execução, alterações, hipóteses de extinção contratual, pagamento e nulidade.

Contratações públicas: Relação com sustentabilidade, legislação e prática.

Lei nº. 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos). Inovações da Nova Lei de Licitações.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm, <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/7571> e <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/manuais/manual-governanca-nas-contratacoes/manual-de-boas-praticas-em-contratacoes-publicas.pdf> ; https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm

Ética, Integridade e Responsabilidade no Serviço Público

Conceitos Básicos: Contexto das perspectivas teórico-filosóficas sobre Ética. Os conceitos atribuídos à Ética, segundo perspectivas teórico-filosóficas. Relação e distinção entre ética, política e direito. A importância da educação ética para o servidor público. A Ética da Vida Pública: Cidadania e Serviço Público no Brasil: A importância da Ética no exercício da função pública, particularmente no que se refere aos valores que devem nortear a conduta dos servidores públicos e garantir, consequentemente, o respeito à cíosa pública e o foco no cidadão. A esfera pública da esfera privada com atenção voltada para os valores e princípios que regem as condutas nesses dois universos. A definição de "democracia", considerando os conceitos de representação e igualdade, bem como a noção de cidadania. Contexto da cidadania no Brasil, observando os aspectos históricos do país e os desafios para o futuro em vista da responsabilidade pública.

A Conduta no Serviço Público: Ideal de conduta do serviço público, que combine excelência e retidão. Profissionalismo, decoro e civilidade, como princípios básicos da conduta do servidor público. Código de ética e sua finalidade. Iniciativas governamentais que introduzam noções de ética na gestão pública. Definição de "comissão de ética", sua composição, objetivos e metodologia de trabalho.

Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6182>

Direitos Humanos

Dispositivos constitucionais pertinentes: Constituição da República Federativa do Brasil.

Atos internacionais ratificados pelo Brasil: Convenção sobre os Trabalhadores Migrantes; Convenção 97. Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Convenção sobre os Direitos da Criança. Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção; Convenção de Mérida. Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.

Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508144/000992124.pdf>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Área - Administração

Administração Pública e o Contexto Institucional Contemporâneo: A definição do Estado e a Administração Pública, por intermédio da análise de sua evolução histórica, no que se refere às suas funções e esfera de atuação. Os direitos do cidadão e os deveres do Estado nas democracias modernas, considerando-se as relações público-privado e as prerrogativas do poder público. O papel do servidor público como agente do Estado, considerando-se as formas de investidura, os tipos de vínculos e princípios de conduta. Os principais norteadores da Administração Pública brasileira de acordo com o texto constitucional, considerando as implicações desses princípios na atuação dos agentes públicos. Os poderes e deveres do administrador público com relação à Administração e à sociedade civil. As principais transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e tecnológicas da contemporaneidade, que impactaram o papel e forma de atuação do Estado e da Administração Pública no mundo e no Brasil. Os desafios a serem enfrentados pelo Estado e pela Administração Pública brasileira na atualidade e o papel que os gerentes operacionais poderão desempenhar no enfrentamento desses desafios.

Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2260>

Área - Contabilidade

Contabilidade com Foco na Gestão da Informação Contábil: Aprimoração do conhecimento dos servidores públicos sobre a contabilidade aplicada ao setor público, possibilitando a apresentação de demonstrações contábeis mais consistentes, assertivas e eficientes para a tomada de decisões. Identificação dos principais conceitos relativos à contabilidade básica aplicada ao setor público. Reconhecimento dos principais conceitos relativos à contabilidade com foco na gestão do patrimônio público. Identificação do processo necessário para a abertura de um sistema contábil. Identificação das rotinas para manutenção de uma contabilidade íntegra e consistente. Identificação do processo necessário para o encerramento de um sistema contábil. Reconhecimento dos aspectos das informações de cada natureza de informação. Seleção de informações específicas e reconhecer os dados necessários sobre os relatórios. Identificação da melhor forma de expor a informação contábil. Compreensão do Siconfi e a Matriz de Saldos Contábeis. Identificação dos principais princípios existentes na NBC TSP 11. Listar as macrofunções do Siafi. Lista das DCASP e reconhecimento das informações prestadas pelo balanço patrimonial. Reconhecimento das informações prestadas pelas DVP, DFC e DMPL.

Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/8002>

Área - Educação

Planejamento e Avaliação Educacional: Capacitação e fornecer aos servidores públicos aspectos conceituais sobre avaliação da aprendizagem, aplicando metodologias ativas, habilidades de coleta e análise de dados para a melhoria contínua de projetos educacionais.

Ensino-Aprendizagem - Didática para facilitadores de aprendizagem: Aplicação de métodos e procedimentos didáticos em cursos e programas de capacitação, considerando-se os fundamentos e princípios da aprendizagem de adultos e a concepção de aprendizagem experiential de Kolb para as práticas educacionais.

Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/8058> e <https://repositorio.enap.gov.br/jspui/handle/1/3027>

Área - Direito

Direito Público: Estado Social e Democrático de Direito: visão panorâmica e instrumental do texto constitucional (direitos fundamentais, separação dos Poderes, regime da administração pública, serviços públicos e atividades econômicas, ordem econômica e ordem social).

Direito Administrativo: Fundamentos constitucionais da Administração Pública brasileira. Os princípios da administração pública na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Atividades de administração pública: prestação de serviços, ordenação, fomento e controle. Contratações públicas.

Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1049>

Área - Gestão de Pessoas

Gestão de Pessoas: Definição dos desafios e oportunidades do gestor de pessoas na Administração Pública. Especificação do papel do gestor na criação do valor público. Aplicação de atitudes que facilitem o clima organizacional. Identificação da importância do indivíduo nas equipes de trabalho. Reconhecimento da importância da criação de um ambiente motivador. Distinção de elementos da comunicação eficaz. Aplicação de estratégias de negociação na gestão de conflitos. Uso de técnicas de estruturação, planejamento, condução e a avaliação no processo de negociação. Atuação como membro e líder de equipe eficaz. Aplicação de técnicas para emitir e receber feedback. Gerenciamento eficaz do processo de mudanças no contexto organizacional. Reconhecimento da importância no desenvolvimento da equipe. Ampliação do potencial criativo para aplicação na solução de problemas e inovação.

Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/jspui/handle/1/2263>

Área - TI

Tecnologia da Informação: Definição sobre fundamentos da informação, conhecimentos e dado. Sistemas de Informação. Gestão estratégica e da informática. Recursos de tecnologia da informação: TI: um breve histórico; Recursos de hardware; Recursos de software e Recursos de rede. Tecnologia da informação e a gestão organizacional e aplicações de tecnologia no serviço público.

Inovação e tecnologias da comunicação e informação na administração pública: Inovação, TIC e redes: um olhar a partir da interação. Governo eletrônico: caminhos e descaminhos. Computação em nuvem e política em TI do Brasil. Governo aberto ou Estado aberto: transparência, participação e colaboração.

Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/206391/2/CST%20GP%20-%20Tecnologia%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o%20-%20%20MIOL0.pdf> e <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4284>

Área - TI (Redes)

Suprimento à redes e sistemas: instalação, manutenção e resolução de problemas em ambiente corporativo; Administração e configuração de redes e sistemas; Infraestrutura de rede.

Monitoramento e gerenciamento de redes e sistemas; Definição sobre fundamentos da informação, conhecimentos e dado. Sistemas de Informação. Gestão estratégica e da informática. Recursos de tecnologia da informação: TI: um breve histórico; Recursos de hardware; Recursos de software e Recursos de rede. Tecnologia da informação e a gestão organizacional e aplicações de tecnologia no serviço público.

Sistemas operacionais proprietários e não proprietários: instalação, configuração, atualização e compatibilidade; Inovação, TIC e redes: um olhar a partir da interação. Governo eletrônico: caminhos e descaminhos. Computação em nuvem e política em TI do Brasil. Governo aberto ou Estado aberto: transparência, participação e colaboração.

Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/206391/2/CST%20GP%20-%20Tecnologia%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o%20-%20%20MIOL0.pdf> e <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4284>

TÉCNICO EM ATIVIDADES DE PESQUISA E ENSINO

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Gramática aplicada ao texto.

Interpretação de texto.

Disponível em: <https://www.escolavirtual.gov.br/cursode/477>

Matemática e Raciocínio Lógico

Matemática Financeira. Juros Simples e Compostos: Taxa de juros, cálculo do juro, equivalência e proporcionalidade. Progressão Aritmética e Progressão Geométrica.

Raciocínio Lógico. Lógica Proposicional: Fundamentos da lógica. Conectivos lógicos. Operadores lógicos. Tabelas Verdade. Tautologia, Contradição e Contingência. Implicação e Equivalência lógica.

Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/204422/2/MATEM%C3%A7%81TICA%20FINANCEIRA.pdf> e <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/918554/3/PRODUTO%20EDUCACIONAL%20GUIA%20DE%20RACIOC%C3%A7%C3%80NIO%20L%C3%9C%20COM%C2%99QUEST%C3%A7%C3%80RES%20RESOLVIDAS.pdf>

Ética, Integridade e Responsabilidade no Serviço Público

Conceitos Básicos: Contexto das perspectivas teórico-filosóficas sobre Ética. Os conceitos atribuídos à Ética, segundo perspectivas teórico-filosóficas. Relação e distinção entre ética, política e direito. A importância da educação ética para o servidor público.

A Ética da Vida Pública: Cidadania e Serviço Público no Brasil: A importância da Ética no exercício da função pública, particularmente no que se refere aos valores que devem nortear a conduta dos servidores públicos e garantir, consequentemente, o respeito à cíosa pública e o foco no cidadão. A esfera pública da esfera privada com atenção voltada para os valores e princípios que regem as condutas nesses dois universos. A definição de "democracia", considerando os conceitos de representação e igualdade, bem como a noção de cidadania. Contexto da cidadania no Brasil, observando os aspectos históricos do país e os desafios para o futuro em vista da responsabilidade pública.

A Conduta no Serviço Público: Ideal de conduta do serviço público, que combine excelência e retidão. Profissionalismo, decoro e civilidade, como princípios básicos da conduta do servidor público. Código de ética e sua finalidade. Iniciativas governamentais que introduzam noções de ética na gestão pública. Vantagens de criar instrumentos de orientação da conduta da Administração Federal. Definição de "comissão de ética", sua composição, objetivos e metodologia de trabalho.

Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6182>

Noções Gerais de Administração Pública

Administração Pública e o Contexto Institucional Contemporâneo: A definição do Estado e a Administração Pública, por intermédio da análise de sua evolução histórica, no que se refere às suas funções e esfera de atuação. Os direitos do cidadão e os deveres do Estado nas democracias modernas, considerando-se as relações público-privado e as prerrogativas do poder público. O papel do servidor público como agente do Estado, considerando-se as formas de investidura, os tipos de vínculos e princípios de conduta. Os principais norteadores da Administração Pública brasileira de acordo com o texto constitucional, considerando as implicações desses princípios na atuação dos agentes públicos. Os poderes e deveres do administrador público com relação à Administração e à sociedade civil. As principais transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e tecnológicas da contemporaneidade, que impactaram o papel e forma de atuação do Estado e da Administração Pública no mundo e no Brasil. Os desafios a serem enfrentados pelo Estado e pela Administração Pública brasileira na atualidade e o papel que os gerentes operacionais poderão desempenhar no enfrentamento desses desafios.

Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2260>

Noções básicas sobre computadores e dispositivos.

Sistemas operacionais e desktop.

Introdução ao Word.

Introdução ao Excel.

Introdução ao Power Point.

Disponível em: <https://www.escolavirtual.gov.br/cursode/1130>

Directos Humanos

Dispositivos constitucionais pertinentes: Constituição da República Federativa do Brasil.

Atos internacionais ratificados pelo Brasil: Convenção sobre os Trabalhadores Migrantes; Convenção 97. Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Convenção sobre os Direitos da Criança. Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção; Convenção de Mérida. Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.

Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508144/000992124.pdf>

Anexo